



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA DÉCIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO
PRIMEIRO PERÍODO DA PRIMEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA.

No vigésimo sétimo dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas, reuniu-se, de forma semipresencial, a Câmara Municipal de Belém - CMB, sob a presidência do vereador Bieco. Fez-se inicialmente a chamada nominal dos vereadores presentes. Em seguida, o presidente abriu a sessão. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. Pablo Farah pediu o apoio de seus pares a um requerimento de sua autoria em apoio e solidariedade à delegada da Polícia Civil Ana Carolina Carneiro, titular da Delegacia da Mulher de Parauapebas, que estava sendo agredida nas redes sociais. Esclareceu ter isso ocorrido devido à postagem feita por Ana Carolina posicionando-se favoravelmente ao desarmamento civil. Considerou inaceitável a agressão às mulheres, afirmando serem covardes os homens que a cometem. Inteirou depois que daria entrada em um projeto de lei neste parlamento vetando a nomeação, pela administração pública municipal direta e indireta, de pessoas condenadas pela Lei Federal nº 11340, de 07/08/2006 (Lei Maria da Penha). Instou os demais parlamentares a aprovar o projeto argumentando que seria mais uma forma de proteger as mulheres em nosso município. Em aparte, manifestou-se a vereadora Enfermeira Nazaré Lima. Subiu depois à tribuna a vereadora Enfermeira Nazaré Lima e repercutiu o atropelamento e morte de uma mulher em nossa cidade, ocorrido no dia anterior, cometido por um motorista de ônibus em um momento de fúria. Solicitou que se fizesse um minuto de silêncio em homenagem póstuma à vítima, senhora Maria Rosineide Cavalcante Barros. Externou seu repúdio à violência contra a mulher e à violência no trânsito. Avaliou ser necessário cuidar da saúde mental dos motoristas de ônibus e também discutir a violência contra a mulher. Alertou depois que a pandemia ainda não havia terminado, apenas alguns locais puderam reabrir, mas as pessoas estavam se aglomerando e se infectando. Os trabalhadores da saúde sacrificavam-se, dobravam o plantão, pois adoeciam uns, morriam outros e não havia substitutos, constatou. Esses profissionais estavam cansados, física e mentalmente, e ainda havia quem acreditasse que eles não precisavam dos equipamentos de proteção individual, comentou. Disse ter recebido denúncias de que a máscara adequada não era disponibilizada para os maqueiros em alguns locais, o que considerou inaceitável. Todas as pessoas que entram em contato com os doentes de Covid-19 precisam de equipamentos de proteção individual, atestou. Julgou inaceitável também que não se aprovasse o piso salarial para os profissionais de enfermagem, projeto em trâmite no Congresso Nacional havia mais de vinte anos (PL nº 2564). Informou ter protocolado um requerimento solicitando desta Casa uma Moção de Apoio a esse projeto que, além do piso salarial, também estabelece uma carga de trabalho semanal de trinta horas para os profissionais de enfermagem. Defendeu o fortalecimento da Atenção Básica, salientando o papel fundamental exercido pelas unidades básicas de saúde no combate à pandemia, pois permitem enfrentar a doença no início. Em aparte, manifestaram-se os vereadores Zeca do Barreiro, Lívia Duarte e Miguel Rodrigues. Findo este pronunciamento, o presidente Bieco fez o registro da presença em plenário do ex-vereador deste parlamento e atual deputado estadual Gustavo Sefer. O vereador José Dinelly solicitou depois que fosse realizado, em momento adequado, um minuto de silêncio em homenagem póstuma ao pastor da Igreja Assembleia de Deus, senhor Honório Pinto, e a um membro de sua família, falecido no último final de semana. Assumiu depois a palavra o vereador Amaury da APPD e noticiou que, no dia anterior, a Promotoria de Defesa da Pessoa com Deficiência e a Defensoria Pública do Estado do Pará entraram com ação conjunta para garantir a vacinação das pessoas com deficiência. Expressou ser necessário vacinar, sobretudo, as pessoas com deficiência que sofriam de comorbidades e as portadoras de deficiência intelectual, pois estas viviam menos tempo, envelheciam precocemente. Manifestou apoio às demandas expressas anteriormente pelo vereador Pablo Farah e pela vereadora Enfermeira Nazaré Lima. Reportou-se depois à parcialidade, estabelecida pelo Supremo Tribunal Federal, do ex-juiz Sérgio Moro no julgamento do ex-presidente Lula, lembrando que muitos integrantes desta Casa condenavam indistintamente os membros do PT e questionavam-no por não mudar de partido. Afirmou sempre defender que os criminosos deviam ser punidos, mas não acreditava na culpa impingida ao Partido

dos Trabalhadores e seus membros. Recordou ter ouvido ofensas de todos os lados e, quando tentava argumentar, diziam que estava doente. Hoje, porém, percebe-se que, na verdade, doentes estavam os que acreditaram na mentira engendrada por Sérgio Moro e se deixaram enganar pela farsa criada para tirar Lula das eleições presidenciais de 2018, ponderou. Inúmeras mentiras e calúnias foram forjadas e divulgadas, lembrou, atribuindo a Lula e seus filhos imenso patrimônio, posse de fazendas enormes, inclusive no Pará, e de redes de lojas, sabendo-se hoje que os reais proprietários são bolsonaristas. Para trazer a verdade à tona foi preciso a ação de um jovem, apontou, mostrando que o juiz, tão defendido neste parlamento, era na verdade um mentiroso. Sérgio Moro é hoje um homem totalmente esquecido, não tem a mínima credibilidade para falar de política em nosso país, declarou, e não pode falar de honestidade, pois foi desonesto e tirou o sonho de milhões de brasileiros de termos um governo sério e responsável. Se isso não tivesse ocorrido, continuou, não sofreríamos com tantas mazelas que Bolsonaro impõe ao povo brasileiro. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. O vereador Josias Higino pediu então Questão de Ordem solicitando também a realização de um minuto de silêncio em homenagem póstuma ao pastor Honório Pinto, diretor da Rede Boas Novas e coordenador da Missão de Cidadania da Igreja Assembleia de Deus, falecido no último sábado. O vereador Fábio Souza pediu que a homenagem fosse estendida à senhora Delci Nery. A vereadora Livia Duarte solicitou que fossem igualmente homenageados os senhores Francisco Jacó e Paulo Maria, vitimados pela Covid-19. O vereador Pablo Farah pediu que fossem homenageados do mesmo modo os policiais civis Eliseu e Leonardo, mortos pela pandemia. Pela liderança do PSB, Fábio Souza informou ter protocolado um pedido de explicações à Fundação Papa João XXIII – Funpapa sobre o grande número de crianças nos semáforos, nas farmácias e supermercados de Belém. Observou que esses menores passavam o dia inteiro nesses lugares, alimentando-se mal, sob sol e sob chuva. Disse que exigiria à Funpapa a adoção de medidas que fizessem cessar imediatamente tal situação, expressando tratar-se de um quadro grave que configurava uma desobediência ao Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Opinou ser necessário rever a permissividade em relação à cultura de mendicância dos índios Warao, que estão em nossa cidade sob a tutela do governo estadual e da Prefeitura Municipal de Belém. Os índios dessa etnia estavam em um abrigo onde tinham quatro refeições por dia, mas ainda assim as mulheres Warao, junto com as crianças, saíam todos os dias para mendigar, testemunhou. Relatou que os homens ficam nos abrigos e as mulheres e crianças saem, vão e voltam em carros de aplicativos. Assegurou ter visto pessoalmente isso ocorrer por atuar durante cinco anos na assistência social. As crianças ficam expostas o dia inteiro e são usadas para a mendicância, denunciou, julgando isso inaceitável. Pediu apoio aos demais parlamentares para modificar essa grave situação, alertando que em cada esquina da cidade veem-se cinco, seis crianças sendo usadas pelos pais. Solicitou informações à Funpapa sobre a existência de programas e ações preventivas para evitar que isso continuasse a ocorrer, participou. Disse ter certeza absoluta de que a maioria dessas famílias estava sendo assistida por algum programa social, em nível municipal, estadual ou federal. Declarou não ser admissível permitir crianças e adolescentes sem estudar, sem garantia alguma, em meio a uma pandemia, sendo usadas por seus pais para mendigar. Exigiria da Funpapa que fizesse esse levantamento e lhe retornasse tais informações, asseverou. Em aparte, manifestou-se o vereador Miguel Rodrigues. Pela liderança do bloco PSDB – DEM – Patriota – Cidadania, Mauro Freitas comentou sobre requerimento de sua autoria, a ser votado nesta sessão, solicitando que esta Casa manifeste Votos de Congratulação pelo aniversário de 40 anos da TV Liberal, órgão de comunicação que, através de sua história, colabora com o crescimento de nosso estado. Referiu-se depois à não contratação dos professores selecionados pelo Processo Seletivo Simplificado 01/2020 da Secretaria Municipal de Educação – Semec, ainda em vigência. Pediu ao vereador Fernando Carneiro, ao coordenador-geral do Sintep Belém, senhor Mateus Ferreira, e aos membros da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia desta Casa que se empenhassem para que os profissionais selecionados fossem contratados. Caso nenhuma providência fosse tomada, anunciou, acionaria o Ministério Público Estadual do Pará – MPPA para obter a contratação dos professores. Pediu o apoio dos demais parlamentares a esta causa. Pela liderança da Oposição, Matheus Cavalcante mencionou que no dia seguinte comemorar-se-ia o Dia Mundial da Educação, avaliando haver muito a melhorar neste setor em nosso município. Ressaltou a necessidade de a Prefeitura regularizar a distribuição da merenda escolar em Belém, algo fundamental nesta pandemia, pois muitas famílias sofrem com a falta de alimento. Elogiou a gestão municipal por conseguir aplicar todas as doses de vacina contra a Covid-19 entregues pelo governo federal, informando sobre a diminuição da taxa de ocupação dos leitos de UTI em nossa capital. Apontou que o retorno à vida normal somente ocorrerá com a ampla vacinação e isto permitirá a retomada dos pequenos negócios, dando dignidade à população. Para diminuir a vulnerabilidade social é mais importante dar um emprego ou uma oportunidade de trabalho às pessoas do que dar uma bolsa, uma quantia em dinheiro, ajuizou, sendo fundamental viabilizar que o cidadão, através de seu próprio esforço, de sua labuta diária, consiga garantir o seu pão. Pela liderança do Governo, Allan Pombo referiu que, segundo dados da Secretaria Municipal de Saúde - Sesma do dia anterior, a ocupação de leitos de UTI no município estava abaixo de

50%, não havendo pacientes à espera de leitos para internação. Em nível estadual, o bandeiramento da Região Metropolitana passou de vermelho para laranja, diminuindo-se as restrições, acrescentou. Advertiu, entretanto, que a atenção deve ser mantida porque o vírus ainda existe, lamentando os casos de aglomeração desnecessária ocorridos no final de semana na cidade e noticiados pela imprensa. É essencial manter o quadro promissor, afirmou, havendo então grande expectativa de consolidar uma melhora. Belém avançou, fazendo uma vacinação organizada e, muito em breve, com a chegada de novo lote de vacinas, o calendário de imunização prosseguirá, prenunciou. Em aparte, manifestou-se o vereador Miguel Rodrigues. Pelo Solidariedade, Igor Andrade cedeu aparte ao vereador Êmerson Sampaio. Encerrado o Horário de Liderança, fez-se a chamada nominal dos vereadores presentes para a verificação de quórum. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Foi então colocada em votação e aprovada por unanimidade a ata da 12ª sessão ordinária do 1º Período da 1ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura. Fez-se posteriormente um minuto de silêncio em homenagem póstuma à senhora Maria Rosineide Cavalcante Barros, ao pastor Honório Pinto, ao familiar do vereador Dinelly, à senhora Delci Nery, ao senhor Paulo Maria, ao senhor Francisco Jacó e aos policiais civis Eliseu e Leonardo. Finda esta homenagem, foi feita a leitura da matéria constante em pauta nesta parte da Ordem do Dia. A vereadora Enfermeira Nazaré pediu, em seguida, Questão de Ordem solicitando a dispensa da leitura e do interstício aos projetos correspondentes. Posta em votação, esta proposição foi aprovada por unanimidade pela plenária. Retomou-se depois a votação do requerimento do vereador Igor Andrade solicitando a realização de uma sessão especial para debater o saneamento básico no município de Belém e Região Metropolitana, incluindo a drenagem e o manejo de águas pluviais, a limpeza urbana e, em especial, o manejo de resíduos sólidos. Fez o encaminhamento o vereador Juá Belém. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, com vinte e oito votos favoráveis. Justificou seu voto o vereador Igor Andrade. Procedeu-se posteriormente à leitura do requerimento do vereador Pablo Farah solicitando a apresentação de Moção de Repúdio contra o deputado federal Eduardo Nantes Bolsonaro pela postura arrogante e autoritária deste ao manifestar sua opinião a respeito da atitude da delegada Ana Carolina Carneiro, titular da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Parauapebas, que externou parecer contrário à liberação de armas. Encaminhou a votação o vereador Pablo Farah. Após este pronunciamento, o presidente Bioco fez notar aos demais parlamentares não estar sendo permitida a presença em plenário dos assessores de imprensa dos vereadores, permitindo-se apenas a presença dos profissionais da imprensa. O vereador Miguel Rodrigues pediu depois Questão de Ordem solicitando que realmente fosse cumprida a limitação do número de pessoas permitidas em plenário. Em seguida, fizeram encaminhamentos os vereadores Fernando Carneiro e Fábio Souza, ficando o requerimento em votação. Encerrada a Primeira Parte da Ordem do Dia, foi feita a chamada nominal dos parlamentares presentes para a verificação de quórum. Havendo quórum, iniciou-se a Segunda Parte da Ordem do Dia. O vereador Josias Higino pediu então Questão de Ordem sugerindo que fosse permitida a entrada de uma pessoa em plenário somente para registrar o pronunciamento do vereador na tribuna, permanecendo no recinto apenas durante esta manifestação. Explicou que isso era importante para fazer a divulgação da atuação dos parlamentares nesta Casa. O presidente Bioco disse que levaria tal sugestão à próxima reunião do Colégio de Líderes. Em seguida, entrou em discussão única e votação, com dispensa de interstício, o projeto de lei que "Determina a obrigatoriedade da contratação de Bombeiro Civil pelas empresas privadas ou especializadas em prestação de serviços de prevenção e combate a incêndio", constante no Processo nº 833/15, de autoria do vereador Mauro Freitas. Na discussão, pronunciaram-se os vereadores Mauro Freitas, Miguel Rodrigues e Lulu das Comunidades. O vereador Mauro Freitas pediu, a seguir, Questão de Ordem solicitando que os artigos do projeto fossem votados em bloco, de forma nominal. Em seguida, subiram à tribuna os parlamentares Enfermeira Nazaré Lima e Êmerson Sampaio (com apartes dos vereadores Mauro Freitas e Lulu das Comunidades). Durante o último pronunciamento, assumiu a presidência da Mesa o vereador Augusto Santos. Foi colocada então em votação a Questão de Ordem do vereador Mauro Freitas, sendo esta aprovada por unanimidade. Manifestaram-se posteriormente os vereadores Pablo Farah (com apartes dos vereadores Mauro Freitas e Fábio Souza), Fabrício Gama e Bia Caminha. A seguir, foi feita a leitura do projeto e de suas emendas. Finda a leitura, o vereador Êmerson Sampaio pediu Questão de Ordem observando que o projeto não obrigava as igrejas a contratar um bombeiro civil, propondo que fosse acrescentada uma emenda ao projeto estabelecendo essa obrigatoriedade. O vereador Mauro Freitas pediu Questão de Ordem expondo já haver passado a fase de discussão do projeto, quando era possível apresentar emendas, propondo que ele fosse aprovado como estava, sendo futuramente feitas as alterações consideradas necessárias. O vereador Fabrício Gama pediu Questão de Ordem sugerindo que fosse feita uma emenda estabelecendo a obrigatoriedade de contratação de um bombeiro civil pelas igrejas a partir de um limite de área ocupada em metros quadrados e não por quantidade de pessoas. Propôs que tal mudança fosse estabelecida em uma reunião do Colégio de Líderes. Pablo Farah pediu Questão de Ordem opinando que o projeto deveria ser aprovado como estava, fazendo-se mudanças posteriormente. A vereadora Livia Duarte pediu Questão de Ordem e

defendeu maior ponderação sobre os aspectos levantados, argumentando ser importante construir um projeto consistente que mudasse a vida da cidade. O vereador Juá Belém pediu Questão de Ordem e defendeu a aprovação imediata do projeto, sendo feitas modificações posteriormente. O vereador Miguel Rodrigues pediu Questão de Ordem e apontou ser o plenário soberano para fazer emendas ao projeto. O vereador Josias Higino pediu Questão de Ordem expressando não ser possível fazer emendas ao projeto nesta fase, mas que poderiam ser feitas modificações depois a partir de reunião do Colégio de Líderes. O vereador Fábio Souza fez notar já haver uma lei estadual versando sobre o tema e que caberia aprofundar o debate em uma reunião do Colégio de Líderes. O presidente Augusto Santos interveio esclarecendo ser ainda possível fazer emendas ao projeto a partir de um acordo de lideranças. O vereador Mauro Freitas pediu então Questão de Ordem declarando que, como liderança partidária, não concordava que novas emendas fossem feitas ao projeto. Reiterou a proposta de que ele fosse aprovado como estava e eventuais mudanças fossem realizadas posteriormente. O vereador Pablo Farah pediu novamente Questão de Ordem solicitando a suspensão do projeto até a sessão ordinária seguinte, dando às lideranças partidárias mais tempo para ponderação sobre o tema. O presidente Augusto Santos indicou que somente o autor do projeto poderia requerer sua suspensão. Questionado a respeito, o vereador Mauro Freitas não concordou com a suspensão. Passou-se então à votação do projeto. Postos em votação nominal, os artigos do projeto e as emendas a ele feitas foram aprovados em bloco, por unanimidade, com vinte e um votos favoráveis. O presidente Augusto Santos declarou então aprovado o projeto que "Determina a obrigatoriedade da contratação de Bombeiro Civil pelas empresas privadas ou especializadas em prestação de serviços de prevenção e combate a incêndio", constante no Processo nº 833/15. Em seguida, o presidente encerrou a sessão, às onze horas e quarenta e cinco minutos. Justificaram suas ausências os vereadores Goleiro Vinícius e Blenda Quaresma. Estiveram presentes os vereadores: Fabrício Gama, Matheus Cavalcante, Mauro Freitas, Moa Moraes, Pastora Salete e Josias Higino, pelo bloco PSDB – DEM – Patriota – Cidadania; Emerson Sampaio, Miguel Rodrigues, Renan Normando, Túlio Neves e Roni Gás, pelo bloco PP – Podemos – Pros; Juá Belém, Augusto Santos e Dona Neves, pelo bloco Republicanos – PSD; John Wayne e Zeca Pirão, pelo MDB; Fernando Carneiro, Livia Duarte e Enfermeira Nazaré Lima, pelo PSOL; Biéco e Pablo Farah, pelo PL; Fábio Souza e Gleisson Silva, pelo PSB; Bia Caminha e Amaury da APPD, pelo PT; Altair Brandão, pelo PC do B; Allan Pombo, pelo PDT; José Dinelly, pelo PSC; João Coelho, pelo PTB; Lulu das Comunidades, pelo PTC; Igor Andrade, pelo Solidariedade; Zeca do Barreiro, pelo Avante. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 27 de abril de 2021.



1ª Secretária



Presidente



2º Secretário